

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2019

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: AC000014/2018
DATA DE REGISTRO NO MTE: 28/06/2018
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR031681/2018
NÚMERO DO PROCESSO: 46200.000590/2018-52
DATA DO PROTOCOLO: 22/06/2018

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DA IND. DA CONSTRUCAO CIVIL DO ESTADO DO ACRE, CNPJ n. 14.317.135/0001-90, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CARLOS AFONSO CIPRIANO DOS SANTOS;

E

SINDICATO DOS TRAB.NA IND.DA CONST.CIVIL NO EST.DO AC., CNPJ n. 00.342.957/0001-16, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE ADELMAR MOURA DE ASSIS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2018 a 30 de abril de 2019 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **os trabalhadores do setor da construção do estado do Acre e as empresas de construção do Estado Acre**, com abrangência territorial em Acrelândia/AC, Assis Brasil/AC, Brasiléia/AC, Bujari/AC, Capixaba/AC, Cruzeiro Do Sul/AC, Epitaciolândia/AC, Feijó/AC, Jordão/AC, Mâncio Lima/AC, Manoel Urbano/AC, Marechal Thaumaturgo/AC, Plácido De Castro/AC, Porto Acre/AC, Porto Walter/AC, Rio Branco/AC, Rodrigues Alves/AC, Santa Rosa Do Purus/AC, Sena Madureira/AC, Senador Guimard/AC, Tarauacá/AC e Xapuri/AC.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Descrição dos Cargos	Valor do Salário (R\$)
NÃO QUALIFICADO	1.032,17
SEMI-QUALIFICADO	1.145,95
QUALIFICADO	1.660,65
PESSOAL ADMINISTRATIVO	1.234,42

PESSOAL DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.075,59
CONTRA-MESTRE	1.682,14
MESTRE	2.680,99
ALMOXARIFE	1.191,78
APONTADOR	1.191,78
VIGIA	975,39

PARÁGRAFO PRIMEIRO – REAJUSTE - Os trabalhadores que não estiverem na tabela acima terão reajuste 2%.

PARÁGRAFO SEGUNDO – TRABALHADORES QUALIFICADOS – Os trabalhadores que deverão ser considerados como qualificados serão: Pedreiro, Carpinteiro, Armador, Pintor, Soldador, Encanador, Gesseiro, guincheiro e Eletricista predial, sendo que a sua indicação será definida a critério da empresa após avaliação da produtividade e experiência. Os pintores de estruturas metálicas farão jus à insalubridade nos termos da Lei, cujo valor mínimo é 10% do salário base e soldadores também farão jus à insalubridade nos termos da Lei, cujo valor mínimo é 10% do salário mínimo.

PARÁGRAFO TERCEIRO – TRABALHADORES NÃO QUALIFICADOS - Os trabalhadores que são considerados como não qualificados serão todos os serventes, serviços gerais e ajudantes.

PARÁGRAFO QUARTO – TRABALHADORES SEMI-QUALIFICADOS - Os trabalhadores semi-qualificados serão os operários que desenvolvem tarefas pertinentes às funções do parágrafo 2º, mas que não atende aos critérios de produtividade e qualidade de um operário qualificado.

Os trabalhadores que desenvolvem atividades de operação de betoneira, operação de guincho, sapeiro e de elevador na obra, deverão ser enquadrados no mínimo como semi-qualificado.

PARÁGRAFO QUINTO – PESSOAL DE APOIO ADMINISTRATIVO – Será considerado como pessoal de apoio administrativo: Atendente, recepcionista, auxiliar administrativo, porteiro, auxiliar de limpeza, digitador, motoboy, Auxiliar de topografia bem como as demais que auxiliem no funcionamento da administração das empresas e que não previstas por esta Convenção.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - FORMAS DE PAGAMENTO

CLÁUSULA QUARTA - FORMAS DE PAGAMENTO

As empresas que praticam a forma de pagamento mensal efetuarão o pagamento até o 5º dia útil do mês subsequente ao trabalho.

PARAGRAFO PRIMEIRO – DO ATRASO DE PAGAMENTO – Quando ocorrer atraso de pagamento, os empregados comunicarão ao **STICCEA**, para que seja evitando conflito com os empregados, os quais, em conjunto com o **STICCEA**, firmarão a data do pagamento em atraso com o acompanhamento do mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas que efetuarem adiantamento quinzenal de 30% (trinta por cento) a 40% (quarenta por cento) sobre o salário base, a pedido do empregado, deverão efetuar tal adiantamento até o 15º dia posterior ao pagamento do salário do mês anterior.

PARAGRAFO TERCEIRO - PAGAMENTO RESCISÓRIO - As empresas efetuarão os pagamentos das

verbas rescisórias com a assistência do STICCEA, para qualquer forma de contrato a partir de 12 (doze) meses do empregado na empresa.

PARAGRAFO QUARTO - caso o trabalhador não compareça a sua devida Homologação, toda empresa se responsabilizará em caminhar ao STICCEA a documentação necessária para que haja a ressalva de comparecimento.

PARAGRAFO QUINTO - OS PRAZOS PARA PAGAMENTO DAS RESCISÕES SEMPRE OCORRERÃO CONFORME A CLT.

PARAGRAFO SEXTO - Se o dia do vencimento recair em SÁBADO, DOMINGO OU FERIADO, o termo final será no próximo dia útil. (Instr. Normativa N° 04 DE 29/11/2002, ART. 11, I-II. Nas homologações, deverão ser cumpridos tanto os prazos de pagamento, quanto o da homologação).

Em caso de pagamento antecipado e posterior homologação, será observado o prazo legal. (Fora dos prazos estabelecidos, será ressaltada multa p/atraso ART 477 DA CLT).

PARAGRAFO SETIMO - no ato da Homologação de rescisão de contrato de trabalho as empresas obrigatoriamente deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho - 05 (cinco) vias;
- b) CTPS – Atualizada com Dissídios, Leis e demais anotações;
- c) Ficha de Registro ou Livro de Empregados, devidamente atualizado, conforme CTPS;
- d) PAGAMENTO – somente em dinheiro, cheque vistado pelo gerente da agencia da qual a empresa está emitindo o cheque NOMINAL, ou deposito bancário na conta do empregado – se for o último dia do prazo, e o pagamento for realizado em cheque o mesmo deverá ser feito até as 12 horas(meio dia), após este horário será aceito somente em dinheiro, (no caso de depósito bancário, somente em nome do demitido);
- e) No caso de pessoa ANALFABETA o pagamento de rescisão de contrato de trabalho só deverá ser em espécie e MENOR DE IDADE o valor a ser pago, deverá ser em espécie e acompanhado de responsável;
- f) Carta de Preposto; na qual haja referência à rescisão a ser homologada;
- g) Extrato Analítico atualizado do FGTS e cópia das Guias de recolhimento dos meses que não constem no extrato; (mesmo em caso de Pedido de Demissão);
- h) GRFF (Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS + Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório. em 03 (três) vias, devidamente quitadas;
- i) Guia e comprovante de pagamento da multa sobre o FGTS + Demonstrativo do Trabalhador em 02 (duas) vias;
- j) Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical anterior e no ano corrente;
- k) Formulário SD/CD (Requerimento de Seguro Desemprego/Comunicação de Dispensa) corretamente preenchido (assinado/carimbado);
- l) Chave de Identificação do FGTS (2 vias);
- m) Recibos de pagamento do mês anterior a rescisão;

- n) Exame Demissional é obrigatório (Portaria 3214/78 – NR 7) em 02(duas) vias;
- o) Alvará judicial ou comprovante de beneficiário do INSS, quando p/falecimento;
- p) Documento que comprove a alta do INSS (quando for o caso);
- q) Cópia da decisão Judicial referente a pensão alimentícia (se houver).

Pagamento de Salário Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - CONVÊNIOS COM DESCONTO EM FOLHA

Fica permitido às empresas a possibilidade de firmar convênios com fornecedores de materiais e insumos de necessidades básicas como, por exemplo, em supermercados, farmácias e outros, franqueando compras aos trabalhadores limitando ao valor máximo de 30% do salário, para posterior desconto em folha de pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para participar do franqueamento de compras a empresa e o trabalhador deverão primeiramente firmar compromisso, de forma que o trabalhador autorize o desconto em seu pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em se comprovando a má utilização do benefício do franqueamento de compras de forma que o trabalhador realize compras acima do limite estabelecido, este fato poderá a critério da empresa implicar em advertência para o trabalhador nos termos da lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em situação que comprovada por receituário médico em nome do funcionário ou de seu dependente legal, a empresa custeará ou fornecerá via convênio a compra deste(s) medicamento(s) ou outros produtos relacionados ao tratamento de saúde, a título de adiantamento de salário, limitado ao seu limite de comprometimento financeiro junto à empresa estabelecido no Caput da cláusula vigésima nona.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA SEXTA - ALIMENTAÇÃO

A

As pessoas jurídicas e físicas que atuam no Estado do Acre concederão aos seus empregados ligados às atividades de construção civil uma refeição subsidiada por cada turno de trabalho, conforme a legislação do PAT, sem prejuízo financeiro ao trabalhador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será de responsabilidade da empresa titular o fornecimento ou a cobrança, junto as empresas terceirizadas, que as mesmas forneçam o benefício do café da manhã e almoço aos seus funcionários.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os vigias que estiverem de plantão receberão alimentação subsidiada pela empresa.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica facultado às empresas que desejarem praticar horário diferenciado para fornecimento de alimentação, a celebração de acordo com seus empregados mediante a participação do STICCEA.

PARAGRAFO QUARTO - Os trabalhadores que ficarem alojados receberão café-da-manhã, almoço e janta.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA SÉTIMA - VALE TRANSPORTE

As empresas fornecerão o vale transporte para o trabalhador de acordo com a Lei nº 7418/85.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA OITAVA - AUXILIO POR MORTE OU INVALIDEZ

No caso de falecimento do empregado, a empresa pagará ao seu beneficiário legal, 01 (um) salário normativo a título de auxílio funeral e 02 (dois) salários normativos em caso de invalidez permanente causada por acidente do trabalho, juntamente com o saldo de salários. Fica excluída do dispositivo deste Parágrafo, aquela empresa que, com a participação do empregado e por sua conta, assumia valor segurado igual ou superior aos valores acima estipulados.

Outros Auxílios

CLÁUSULA NONA - ASSISTENCIA JURIDICA

As empresas darão assistência jurídica aos seus empregados que, em defesa do patrimônio da mesma, cometeram atos que os levem a responder a inquérito ou ação judicial. A referida assistência será patrocinada pela empresa.

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA - EXAME MÉDICO DEMISSSIONAL

O prazo de dispensa da realização do exame médico demissional será de 180 (cento e oitenta) dias, em conformidade com a Portaria Nº 08/96, da SSST/MTb.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADMISSÃO DE TRABALHADORES SOMENTE COM A ASSINATURA DA CARTEIRA DE TRABALHO

As empresas não permitirão que os trabalhadores desenvolvam suas atividades no canteiro de obras sem o devido registro na carteira de trabalho, conforme estabelece o Art. 29º da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TERCEIRIZAÇÕES DE MÃO DE OBRA

As empresas detentoras dos contratos terceirizarão obra mediante certidão negativa expedida pelo STICCEA, para evitar irregularidades.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para a emissão da certidão negativa no STICCEA, torna-se necessário a apresentação da GFIP dos operários: Guia de Recolhimento do FGTS, decreto de Nº 2.803, informações à Previdência Sociais Lei de nº 9.528.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso das obras que estão em andamento, recomenda-se que os subempreiteiros providenciem a certidão negativa expedida pelo STICCEA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas titulares dos contratos, deverão cobrar das terceirizadas o recolhimento da contribuição assistencial de seus funcionários em conformidade com esta CCT.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ESTÁGIO/APRENDIZAGEM

As empresas diligenciarão para compatibilizar o horário de estudo do estagiário com a sua jornada de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Por ocasião do vestibular ou concurso público, as empresas se comprometem em liberar os empregados vestibulandos para comparecerem às provas, sem prejuízo de seus salários.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os empregados que estiverem fazendo aulas práticas para obtenção de CNH, e que estiverem contratados por pelo menos 12 meses, deverão ter as horas que forem destinadas às referidas aulas mesmo em horários comerciais abonadas pelas empresas, desde que as mesmas sejam no início ou no final do expediente e que o trabalhador apresente um comprovante, limitado este benefício a um trabalhador por obra.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DESLOCAMENTO TEMPORARIO

As empresas poderão efetuar o deslocamento de seus empregados entre obras, frentes de trabalho e escritórios, em toda a área de abrangência territorial de ambos os sindicatos, ou seja, todo o Estado do Acre, bem como de outros estados onde as empresas possam vir a executar obras, por um período máximo de 30 dias, uma vez que excedendo tal período, se configura transferência de domicílio.

PARÁGRAFO ÚNICO – O deslocamento tratado no capítulo desta cláusula, não consiste em transferência de domicílio, portanto, os empregados não farão jus ao adicional de 25%(vinte e cinco por cento), porém, todas as despesas com transportes, estadias e alimentação, correrão por conta das empresas.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Normas Disciplinares

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DESCONTOS DE DANOS CAUSADOS PELOS EMPREGADOS

A empresa descontará dos salários do empregado, não só o que já é de lei, ou contrato coletivo, ou determinado por eles, como ainda a importância correspondente aos danos causados pelo empregado, por dolo ou mesmo imprudência, imperícia ou negligência nos termos do único do art. 462 da CLT.

Estabilidade Aposentadoria

As empresas darão assistência jurídica aos seus empregados que, em defesa do patrimônio da mesma, cometeram atos que os levem a responder a inquérito ou ação judicial. A referida assistência será patrocinada pela empresa.

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA - EXAME MÉDICO DEMISSSIONAL

O prazo de dispensa da realização do exame médico demissional será de 180 (cento e oitenta) dias, em conformidade com a Portaria N° 08/96, da SSST/MTb.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADMISSÃO DE TRABALHADORES SOMENTE COM A ASSINATURA DA CARTEIRA DE TRABALHO

As empresas não permitirão que os trabalhadores desenvolvam suas atividades no canteiro de obras sem o devido registro na carteira de trabalho, conforme estabelece o Art. 29º da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TERCEIRIZAÇÕES DE MÃO DE OBRA

As empresas detentoras dos contratos terceirizarão obra mediante certidão negativa expedida pelo STICCEA, para evitar irregularidades.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para a emissão da certidão negativa no STICCEA, torna-se necessário a apresentação da GFIP dos operários: Guia de Recolhimento do FGTS, decreto de N° 2.803, informações à Previdência Sociais Lei de nº 9.528.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso das obras que estão em andamento, recomenda-se que os subempreiteiros providenciem a certidão negativa expedida pelo STICCEA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas titulares dos contratos, deverão cobrar das terceirizadas o recolhimento da contribuição assistencial de seus funcionários em conformidade com esta CCT.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ESTÁGIO/APRENDIZAGEM

As empresas diligenciarão para compatibilizar o horário de estudo do estagiário com a sua jornada de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Por ocasião do vestibular ou concurso público, as empresas se comprometem em liberar os empregados vestibulandos para comparecerem às provas, sem prejuízo de seus salários.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os empregados que estiverem fazendo aulas práticas para obtenção de CNH, e que estiverem contratados por pelo menos 12 meses, deverão ter as horas que forem destinadas às referidas aulas mesmo em horários comerciais abonadas pelas empresas, desde que as mesmas sejam no início ou no final do expediente e que o trabalhador apresente um comprovante, limitado este benefício a um trabalhador por obra.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DESLOCAMENTO TEMPORARIO

As empresas poderão efetuar o deslocamento de seus empregados entre obras, frentes de trabalho e escritórios, em toda a área de abrangência territorial de ambos os sindicatos, ou seja, todo o Estado do Acre, bem como de outros estados onde as empresas possam vir a executar obras, por um período máximo de 30 dias, uma vez que excedendo tal período, se configura transferência de domicílio.

PARÁGRAFO ÚNICO – O deslocamento tratado no capítulo desta cláusula, não consiste em transferência de domicílio, portanto, os empregados não farão jus ao adicional de 25%(vinte e cinco por cento), porém, todas as despesas com transportes, estadias e alimentação, correrão por conta das empresas.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Normas Disciplinares

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DESCONTOS DE DANOS CAUSADOS PELOS EMPREGADOS

A empresa descontará dos salários do empregado, não só o que já é de lei, ou contrato coletivo, ou determinado por eles, como ainda a importância correspondente aos danos causados pelo empregado, por dolo ou mesmo imprudência, imperícia ou negligência nos termos do único do art. 462 da CLT.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - EMPREGADOS EM VIA DE APOSENTADORIA

As empresas concederão estabilidade provisória aos empregados que necessitem de até 12(doze) meses, para aquisição de aposentadoria por tempo de serviço, nos termos da Lei Nº 8.213/91, art.52, desde que devidamente comprovado e tenham, pelo menos, 05 (cinco) anos contínuos de trabalho na empresa.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As horas-extras efetivamente trabalhadas, não poderão ser pagas a título de prêmio, gratificação ou abono.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As empresas poderão usar o artifício da nova legislação trabalhista, referente a flexibilização de horários, desde que combinado com os seus funcionários e homologado pelo STICCEA.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FERIADOS

FERIADOS – Os feriados válidos durante período de 1º de maio de 2018 a 30 de abril de 2019 serão os seguintes dia: 01 de Janeiro – Confraternização Universal, 05 de março – carnaval, 8 de março – dia internacional da mulher, 14 de abril – Paixão de Cristo, 21 de Abril - Tiradentes, 1º de maio - Dia do Trabalho, 15 de Junho - Aniversario do Estado do Acre, 20 de junho - Corpus Christi, 18 de agosto - DIA NACIONAL DA CONSTRUÇÃO SOCIAL , 07 de Setembro - Independência do Brasil, 12 outubro - Dia de Nossa Senhora Aparecida, 02 de Novembro – Finados, 15 de Novembro - Dia da Proclamação da República, 24 de Dezembro – conquista do sindicato, 25 de Dezembro – natal, e 28 de dezembro – Aniversário de Rio Branco.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Fica assegurado aos trabalhadores que no dia 24 (vinte e quatro) de dezembro de cada ano, as empresas liberarão seus funcionários sem corte de ponto.

PARAGRAFO SEGUNDO - As emnpresas poderão em concordancia com seus trabalhadores e acompanhada pelo STICCEA, fazerem a permuta de feriados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - LICENÇA POR FALECIMENTO DE PARENTE

Os empregadores concederão aos seus empregados 02 (dois) dia de folga, quando houver falecimento de parente na forma do Art. 473, Parágrafo 1º da CLT.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE UNIFORMES, EPIS E EPC.

Os empregadores serão obrigados a fornecer gratuitamente, EPIs e EPC, devidamente certificados, vestimenta e ferramentas de trabalho em boas condições de uso a todos os seus empregados, bem como a manter local adequado para guardar as mesmas sobre a responsabilidade e devolução de empregado, mediante cautela ou recibo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As ferramentas, vestimentas de trabalho e EPIs serão fornecidas ao empregado, não podendo ser descontados qualquer valor pelo empregador salvo em caso de dolo, mau uso e perda devidamente comprovada. Nesses casos, o ressarcimento será baseado no valor de mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As ferramentas e EPIs deverão ser devolvidas quando houver o afastamento ou rescisão contratual do trabalhador.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os equipamentos de proteção individual deverão ser adaptados com as necessidades do usuário em caso de eventual deficiência física.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão reconhecidos os Atestados Médicos e/ou Odontológicos, desde que os mesmos constem o dia e o horário de atendimento do empregado, o CID e assinatura do médico/dentista com as devidas inscrições no CRM ou CRO.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - NÃO USO DE APARELHO CELULAR NOS CANTEIROS DE OBRAS

Com o objetivo de diminuir os riscos de acidentes nos canteiros de obras do AC, fica proibido o uso de telefone celular, smartphone, tablet e dispositivos similares durante o horário de trabalho nos canteiros. O uso dos aparelhos será permitido apenas no intervalo, para descanso intrajornada.

Parágrafo Primeiro - Fica permitido ao trabalhador fornecer o numero do telefone do escritório da empresa no canteiro de obras para eventuais ligações de emergências para seus parentes.

Parágrafo Segundo - O uso dos aparelhos será permitido apenas no intervalo, para descanso intrajornada.

Parágrafo Terceiro - O não cumprimento da orientação acarretará em advertência. Em caso de reincidência, os trabalhadores receberão as devidas punições, vigentes na legislação trabalhista.

Relações Sindicais

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ELEIÇÕES, TRABALHADOR ELEITO E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO STICCEA

PARAGRAFO PRIMEIRO - ELEIÇÕES - Quando houver qualquer tipo de eleição da categoria, as empresas liberarão os trabalhadores exclusivamente para os mesmos votarem, sendo que a paralisação para a votação no canteiro de obra será somente enquanto se coleta os votos dos trabalhadores.

PARAGRAFO SEGUNDO - TRABALHADOR ELEITO - A empresa dispensará seu empregado eleito para cargo de diretoria, sem prejuízo do seu salário. Nos casos de existência de mais de um diretor, na mesma empresa, somente um será solicitado, ficando limitado ao número de 04 (quatro) dias no mês, desde que seja solicitado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. Entende-se por cargo de direção, os de Presidente, vice-presidente, Secretário e Tesoureiro.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO DO STICCEA - O horário de atendimento do STICCEA será de segunda-feira à sexta, das 7:00 às 12:00hs.

PARAGRÁFO PRIMEIRO - O horário para homologação de rescisão de contrato de trabalho, será das 07:00 as 12:00 horas de SEGUNDA a SEXTA-FEIRA.

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ACESSO DOS DIRETORES DO STICCEA E QUADRO DE AVISOS

As empresas providenciarão, no canteiro de obra, um quadro medindo 1,00 x 0,80, espaço este destinado ao uso do STICCEA, em local aberto e de fácil acesso (refeitório) que permitira ao STICCEA pregar cartazes contendo informes da categoria e outros assuntos relacionados ao sindicato.

ACESSO DOS DIRETORES DO STICCEA - As empresas assegurarão acesso aos dirigentes do STICCEA devidamente identificados, em suas dependências, nos intervalos destinados a alimentação e ao descanso, nos locais de obras e onde houver atividade relacionada à construção civil, nos horários comerciais, para desempenho de suas funções, vedada à divulgação de matérias estranhas às finalidades do STICCEA e das empresas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O STICCEA poderá fazer uso, durante as reuniões, de aparelhos para registros das mesmas tais como câmeras fotográficas, filmadoras e gravadoras.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica permitida a permanência de um (a) funcionário (a) do STICCEA no canteiro de obras para fazer filiações dos trabalhadores no horário de expediente, desde que a sua execução seja previamente acertada com a gerência da respectiva obra e que não implique em formação de filas ou tumultos, chamando os trabalhadores que tenham disponibilidade um a um, sem que isto interrompa nenhum serviço que esteja em andamento por parte dos mesmos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas fornecerão alimentação para o representante do STICCEA, no dia que o mesmo estiver nas obras realizado às inscrições.

PARÁGRAFO QUARTO – Em caso da impossibilidade de interromper as atividades de trabalhadores para a realização das filiações, em virtude do trabalho, a gerência da obra poderá solicitar do STICCEA um novo agendamento para a continuação das filiações.

PARÁGRAFO QUINTO – As visitas que ocorrerem nos horários comerciais não poderão paralisar os trabalhadores.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ACESSO A INFORMAÇÃO DE TRABALHADORES NAS EMPRESAS

As empresas devem sempre que solicitado pelo STICCEA, em no máximo quatro solicitações por ano, apresentar uma relação dos funcionários por função pertencentes ao quadro e demitidos até a data da solicitação dentro do ano em vigor, indicando quais funcionários são ou foram associados ao STICCEA, bem como folha de ponto, Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical Urbana - GRCS, Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical Patronal – GRCSP, conforme o Art. 579 da CLT, Guias de Recolhimento Previdenciário, Guias de Recolhimento de FGTS, ficha cadastral, contra cheques e comprovantes de pagamentos.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

PARAGRAFO PRIMEIRO – Por conta da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária realizada pelos trabalhadores associados e não associados ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil do Estado do Acre, realizada entre os dias 22 a 26 de janeiro de 2018, ficou estabelecida a autorização para que as empresas do ramo de construção possam proceder, mensalmente ao desconto, direto em folha de pagamento de todos os seus empregados pertencente a classe, a título de taxa assistencial/negocial ao respectivo sindicato, no percentual de 1% (um por cento) sob o salário-base do empregado, vigente no mês de pagamento, limitando-se a R\$ 30(trinta) reais.

PARAGRAFO SEGUNDO – Os descontos serão destinados a custear as despesas do sindicato laboral, em razão do benefício de que todos os trabalhadores da classe receberão seus salários com base na tabela estabelecida nesta convenção coletiva com intervenção com o órgão sindical.

PARAGRAFO TERCEIRO – Para os trabalhadores que estão com seus contratos de trabalho ativos, os descontos acontecerão a partir da vigência desta convenção, de 1º de maio de 2018 a 30 de abril de 2019.

PARAGRAFO QUARTO – Para os trabalhadores que serão contratados na vigência desta convenção, os descontos terão início a partir do pagamento do primeiro mês trabalhado, logo após a admissão e terá seu término com a rescisão do contrato de trabalho.

PARAGRAFO QUINTO – Fica ressalvado que o colaborador que não estiver de acordo com a cobrança da taxa assistencial/negocial aqui estabelecida, poderá pedir o cancelamento da contribuição junto ao STICCEA, mediante requerimento escrito, com apresentação posterior do protocolo desta comunicação a empresa empregadora, ficando, imediatamente, suspensos novos descontos a partir de então.

PARÁGRAFO SEXTO– As empresas ficarão orientadas de no ato de admissão de empregados solicitar dos mesmos a Certidão de Regularidade Sindical, expedida pelo STICCEA/AC, sendo que a mesma deverá constar no check-list de documentos necessários a contratação.

PARÁGRAFO SETIMO – A contribuição de que trata o caput desta cláusula, será recolhida no Banco do Brasil S/A, Agência 3022-8, conta corrente 105.447-3 e Caixa Econômica Federal - CEF – Agência 0534, Conta Corrente 296-6, em favor do STICCEA, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao mês trabalhado.

PARÁGRAFO OITAVO – As empresas relacionarão e encaminharão para o STICCEA via e-mail ou de outra forma até o dia 20 do mês subsequente ao mês trabalhado os valores depositados por funcionário, bem como o(s) comprovante(s) de depósito(s).

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ATIVIDADES CONJUNTAS

No intuito de reduzir o índice de acidente de trabalho, empresa e sindicato, mediante comum acordo, estabelecerão programação para palestra técnica sobre medicina de trabalho, higiene e segurança, além de projetos na área de esporte e lazer.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - COMISSÃO DA CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Fica acordado que os sindicatos STICCEA e SINDUSCON constituirão plano de trabalho para a instituição de Comissão de Conciliação Prévia de composição paritária, em conformidade com a Lei 9.958/2000, que alterou e acrescentou artigos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre as Comissões de Conciliação Prévia e permitindo a execução de título executivo extrajudicial na Justiça do Trabalho.

PARAGRAFO UNICO - Fica estabelecido o prazo de até 27 de julho de 2018 para que o SINDUSCON e STICCEA realize estudo para a implantação de uma Comissão de Conciliação Prévia.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PENA POR DESCUMPRIMENTO

Será aplicada multa no valor de 03 (três) salários de um trabalhador qualificado, calculadas mensalmente enquanto perdurar o descumprimento, à parte que descumprir quaisquer das cláusulas do presente Acordo, em favor da outra parte. Neste caso as empresas pagarão para o STICCEA ou vice-versa e em caso de reincidência, o valor da multa será em dobro e nas mesmas condições.

PARÁGRAFO UNICO – Para o fortalecimento do efeito jurídico de qualquer acordo firmado entre a empresa e o trabalhador recomenda-se que o mesmo seja visado pelo STICCEA.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - COMPROMISSO DAS PARTES

As partes se comprometem em reunir-se, por convocação de qualquer uma delas, para tratarem de assuntos que julgarem oportunos desde que estejam relacionados à indústria da construção civil. Nesse caso, a parte que estiver convocando encaminhará pauta no prazo de 03 (três) dias.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente instrumento em quantas vias forem necessárias, sendo uma destinada à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Acre, para o competente arquivamento.

CARLOS AFONSO CIPRIANO DOS SANTOS
Presidente
SINDICATO DA IND. DA CONSTRUCAO CIVIL DO ESTADO DO ACRE

JOSE ADELMAR MOURA DE ASSIS
Presidente
SINDICATO DOS TRAB.NA IND.DA CONST.CIVIL NO EST.DO AC.

ANEXOS
ANEXO I - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL REALIZADA DOS DIAS 22 A 26 DE JANEIRO DE 2018

Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.